

Debates

14 DE FEVEREIRO DE 2023 10ª SESSÃO ORDINÁRIA DO PERÍODO ADICIONAL

Presidência: DR. RAUL MAJOR MECCA, FREDERICO D'AVILA, CARLÃO PIGNATARI e GILMACI SANTOS

RESUMO

PEQUENO EXPEDIENTE
1 - DR. RAUL
Assume a Presidência e abre a sessão.
2 - DR. JORGE LULA DO CARMO
Por inscrição, faz pronunciamento.
3 - MAJOR MECCA
Por inscrição, faz pronunciamento.
4 - PRESIDENTE DR. RAUL
Endossa o pronunciamento do deputado Major Mecca. Cumprimenta Faria Neto, Zezinho do Gás e Carlinhos Cantelli, ex-veredores da cidade de Bauru, bem como, Antônio Carlos, seu ex-assessor na Câmara Municipal de Bauru, que se encontram nas galerias.
5 - CARLOS GIANNAZI
Por inscrição, faz pronunciamento.
6 - JANAINA PASCHOAL
Por inscrição, faz pronunciamento.
7 - MAJOR MECCA
Assume a Presidência.
8 - DR. RAUL
Por inscrição, faz pronunciamento.
9 - PRESIDENTE MAJOR MECCA
Reitera o pronunciamento do deputado Dr. Raul.
10 - FREDERICO D'AVILA
Por inscrição, faz pronunciamento.
11 - LETÍCIA AGUIAR
Por inscrição, faz pronunciamento.
12 - CONTE LOPES
Por inscrição, faz pronunciamento.
13 - PRESIDENTE MAJOR MECCA
Corrobor a com o pronunciamento do deputado Conte Lopes.
14 - FREDERICO D'AVILA
Para comunicação, faz pronunciamento.
GRANDE EXPEDIENTE
15 - CARLOS GIANNAZI
Para comunicação, faz pronunciamento.
16 - PRESIDENTE MAJOR MECCA
Cumprimenta autoridades da cidade de Itatinga, presentes nas galerias.
17 - LETICIA AGUIAR
Por inscrição, faz pronunciamento.
18 - DR. RAUL
Por inscrição, faz pronunciamento.
19 - FREDERICO D'AVILA
Assume a Presidência.
20 - CARLOS GIANNAZI
Por inscrição, faz pronunciamento.
21 - DR. RAUL
Assume a Presidência.
22 - FREDERICO D'AVILA
Por inscrição, faz pronunciamento.
23 - PROFESSORA BEBEL
Por inscrição, faz pronunciamento.
24 - FREDERICO D'AVILA
Assume a Presidência. Tece comentários acerca do pronunciamento da deputada Prof. Bebel.
25 - CONTE LOPES
Por inscrição, faz pronunciamento.
26 - CONTE LOPES
Solicita a suspensão da sessão até as 16 horas e 30 minutos, por acordo de lideranças.
27 - PRESIDENTE FREDERICO D'AVILA
Defere o pedido e suspende a sessão às 16h01min.
ORDEM DO DIA
28 - PRESIDENTE CARLÃO PIGNATARI
Assume a Presidência e reabre a sessão às 16h30min. Encerra a discussão, coloca em votação e declara aprovado requerimento, da deputada Marina Helou, de constituição de comissão de representação, com a finalidade de "Integrar a delegação brasileira para participar de conferência na ONU, Água 2023, a realizar-se do dia 22 ao dia 24/03, em Nova Iorque, EUA". Encerra a discussão, coloca em votação e declara aprovado o requerimento de urgência ao PL 870/21. Convoca as comissões de Segurança Pública e Assuntos Penitenciários, e de Finanças, Orçamento e Planejamento, para uma reunião conjunta a ser realizada hoje, às 16 horas e 45 minutos.
29 - MÁRCIA LULA LIA
Solicita a suspensão da sessão por dez minutos, por acordo de lideranças.
30 - PRESIDENTE CARLÃO PIGNATARI
Defere o pedido e suspende a sessão às 16h32min.
31 - GILMACI SANTOS
Assume a Presidência e reabre a sessão às 16h51min. Convoca sessão extraordinária a ser realizada hoje, dez minutos após o término desta sessão.
32 - MILTON LEITE FILHO
Solicita o levantamento da sessão, por acordo de lideranças.
33 - PRESIDENTE GILMACI SANTOS
Defere o pedido. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária do período adicional do dia 15/02, à hora regimental, sem Ordem do Dia. Lembra sessão extraordinária a ser realizada hoje, dez minutos após o término desta sessão. Levanta a sessão.
* * *
- Assume a Presidência e abre a sessão o Sr. Dr. Raul.
* * *
- Passa-se ao

PEQUENO EXPEDIENTE

* * *
O SR. PRESIDENTE - DR. RAUL - PODE - Presente o número regimental de Sras. Deputadas e Srs. Deputados, sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos. Esta Presidência dispensa a leitura da Ata da sessão anterior e recebe o expediente.
Nós vamos agora para o Pequeno Expediente. Chamamos, então, os oradores inscritos. Pela ordem, Dr. Jorge Lula do Carmo.

O SR. DR. JORGE LULA DO CARMO - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Obrigado, Sr. Presidente. Boa tarde a V. Exa., boa tarde às Sras. Deputadas, aos Srs. Deputados, ao público da TV Alesp, às pessoas que nos assistem, aos nossos assessores e aos policiais aqui presentes. Sr. Presidente, eu quero falar hoje sobre a iminência de uma situação que ainda nem começou aqui na Casa, mas a gente já prevê que certamente não será boa.

Eu comecei minha militância política atuando sempre nas comunidades onde moro até hoje, na periferia da cidade de São Paulo. E uma das coisas que eu sempre fiz foi lutar por melhorias sociais na nossa comunidade, lutando por rede de água, rede de esgoto, rede de energia elétrica, regularização urbana e fundiária; melhorias para que as pessoas pudessem ter dignidade.

Quando eu não era deputado, acompanhei nesta Casa que os deputados e deputadas, evidentemente com exceções,

aprovaram aqui a privatização da Eletropaulo, à época. Acho que foi na década de 90; salvo melhor juízo, o governador era o saudoso Mário Covas. Foi aprovada aqui nesta Casa, depois de um grande embate, a privatização da Eletropaulo.

E a Eletropaulo também era um órgão aonde eu ia muito lutar por energia elétrica, lutar por dignidade para as pessoas. Às vezes, muitos loteamentos, muitas áreas irregulares... As pessoas diziam: “olha, você não tem direito a energia, porque você mora num loteamento que não é regularizado”. Como se o critério fosse... As pessoas tivessem que primeiro comprar, ter escritura... Até porque parecia que tinha condições, e não tinha. E as pessoas não tinham essas condições.

Às vezes, alguns técnicos, a prefeitura, algumas administrações diziam: “você não têm direito, porque vocês moram numa área irregular”. Então, a nossa luta sempre foi contra essa coisa de as pessoas... Mas quando era ano de eleição, o voto daquelas pessoas não era regular. As pessoas iam lá buscar voto, pedir voto, mas depois o governador, o prefeito dizia: “olha, você não tem direito, porque você mora em uma área irregular”.

Então, essa resistência, essa luta sempre foi muito grande na minha caminhada, na minha trajetória. Por que estou dizendo isso? Porque nós estamos aqui na iminência de provavelmente chegar a esta Casa um projeto de lei para que a Sabesp seja privatizada. E digo para vocês: com a privatização da Eletropaulo, não melhorou a vida das pessoas.

Eu sou o presidente da Comissão de Infraestrutura nesta Casa e eu vejo aqui... Até aprovamos a convocação do presidente da Enel. Por quê? Porque o serviço é tão ruim, tão ruim, especialmente para a população de baixa renda, que a gente sempre diz: privatização nem sempre - e quase nunca - é melhor para a população. Por isso é que eu sou radicalmente contra a privatização da Sabesp, porque eu já vivenciei esse problema.

Nós estamos falando de uma empresa que é saudável, eficaz, atua em mais de 370 municípios do nosso Estado e, além de dar lucro, além de dar lucro, também atende ao social. Por isso eu acho que nós temos que fazer esse trabalho aqui no Parlamento, para que a gente não deixe que isso aconteça.

Se fosse só a empresa que não desse resultado... Privatizaram também a Vale do Rio Doce sob esse mesmo argumento, de que ela não era eficaz, não dava resultado, o que não é verdade, como não é verdade que a Sabesp não é importante e que não é necessária, especialmente para a população que precisa da tarifa social, que precisa da baixa renda. Por isso é que eu quero dizer da minha preocupação com essa questão.

Para concluir, eu quero falar de outro assunto. Eu aprovei aqui nesta Casa, através dos meus pares, um projeto de lei que visa garantir uma solução para as famílias que são removidas de áreas de risco. Especialmente nesse período de chuva, a gente vê muita gente perdendo seus pertences, suas casas, e muitas vezes a sua vida.

Esse projeto está lá para o governador sancionar, e eu espero que haja bom senso, que ele sancione e que o Estado mais rico da Federação possa ter um programa para remover essas famílias de forma segura, protetiva e humanizada.

Era isso, Sr. Presidente. Quero agradecer a oportunidade e desejar boa tarde a todas e a todos.

O SR. PRESIDENTE - DR. RAUL - PODE - Seguindo a ordem dos oradores inscritos, deputado Paulo Fiorilo. (Pausa.) Deputado Castello Branco. (Pausa.) Delegado Olim. (Pausa.) Major Mecca. O deputado Major Mecca pede a palavra e a terá por cinco minutos.

O SR. MAJOR MECCA - PL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Boa tarde, Sr. Presidente, senhoras e senhores, funcionários que estão nos dando suporte, todos que nos acompanham pela Rede Alesp, nossos irmãos policiais que estão aqui no plenário, policiais militares e civis.

Na data de hoje, foi paga a Dejem escolar. Foi um tema que nós trouxemos ontem aqui a este plenário, e resta agora o pagamento da Dejem da CPTM. Para as Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que estão aqui, o que nós tratamos ontem foi em relação à diária extraordinária de trabalho policial militar, que é a Dejem.

Os policiais trabalharam no mês de dezembro e teriam que receber o pagamento desse trabalho prestado no dia 10 de fevereiro. Não receberam, atrasou o pagamento tanto da Dejem escolar quanto da Dejem da CPTM, que é a Companhia Paulista de Trens Metropolitanos.

Na data de hoje, pela manhã, o Comando da Polícia Militar me enviou um comunicado informando que a Dejem escolar foi paga hoje aos policiais militares e que está em tratativas para que o pagamento da Dejem da CPTM seja pago o mais breve possível. Eu já fiz contato com o governo no Palácio dos Bandeirantes, e também está sendo feito para o pagamento desse serviço prestado pelos policiais militares o mais breve possível.

Ontem eu fiz a observação aqui, chamando a atenção de todos, porque o policial que deixou de receber o seu pagamento na sexta-feira, o carne que ele tem que pagar ontem ou hoje vai ter que pagar com juros. Na conta do policial que está no vermelho, vão correr juros e correção monetária.

Então é preciso que se tenha planejamento, é preciso que se tenha cautela e respeito aos homens e mulheres que defendem a vida dos cidadãos brasileiros. Isso é muito importante, e nós não abriremos mão desse cuidado e zelo para com nossos policiais no estado de São Paulo.

Quero também deixar consignado, mais uma vez, a nossa gratidão pela postura e atitude do secretário de Segurança Pública, capitão Derrite, e do secretário adjunto, delegado Dr. Nico, em responder favoravelmente em apoio aos policiais da Rota, que se depararam com um roubo em andamento. Houve confronto, e foi pedido pela Ouvidoria de São Paulo, pelo Sr. Ouvidor, o afastamento dos policiais da Rota do patrulhamento. Os policiais não foram afastados, e houve um posicionamento do secretário de Segurança Pública.

É o que toda a população de São Paulo espera. É o que nós, operadores de Segurança Pública, esperamos de um governo, esperamos de um secretário de Segurança Pública: uma atitude justa e coerente, dentro das leis, das regras e, principalmente, de acordo com os nossos conceitos e princípios, que são defender a sociedade e também defender e proteger os homens e as mulheres que arriscam a sua vida pelo povo paulista. Essas são as expectativas do povo do estado de São Paulo.

Então, consigno aqui e reforço, a nossa gratidão e a nossa confiança no trabalho do secretário de Segurança Pública, o capitão Derrite, e do secretário adjunto, Dr. Nico, delegado de polícia. É um momento de união das forças de Segurança, para que nós consigamos trazer paz ao povo do estado de São Paulo. O cidadão não aumenta mais ser sequestrado, colocado no porta-malas do seu próprio veículo, ser constrangido, torturado para fazer transferências de Pix, jovens morrendo em pontos de ônibus por conta de um aparelho celular que ele mal acabou de pagar - ainda está pagando o carnê.

Isso é uma construção de gestos, atitudes, apoio aos nossos policiais, que também têm o apoio e têm a admiração do povo de São Paulo. São novos ares, e essas atitudes são importantíssimas para que nossos policiais possam ter expectativas e motivação para o trabalho.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - DR. RAUL - PODE - Queria dizer para o Major Mecca que eu faço coro às suas palavras, e ainda tem um detalhe: se, por acaso, essa equipe fizer um risco na viatura, provavelmente ainda vai ter que pagar, em pleno exercício da profissão, ainda vai ter que pagar pelo risco que fez numa viatura, ou mesmo qualquer avaria para poder executar suas funções. Inclusive vou usar minha fala para falar exatamente isso, Major.

Queria chamar, agora, pela ordem, mas, antes de chamar pela ordem, eu queria registrar, aqui no plenário, a presença

de três vereadores lá de Bauru, ex-veredores, nesta primeira fileira do plenário: ex-vereador Faria Neto, que foi prefeito da cidade de Avai também; o Zezinho do Gás, também ex-vereador da cidade de Bauru; Antonio Carlos, que foi meu assessor lá na Câmara Municipal de Bauru está aqui presente; e o Carlinhos Cantelli, também ex-vereador da cidade de Bauru.

Muito obrigado pela presença de vocês aqui no plenário. Então, seguindo a sequência, eu chamo agora para falar o deputado Coronel Nishikawa. (Pausa.) Pela ordem, agora o deputado Carlos Giannazi, que pede a palavra e a terá por cinco minutos.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, público aqui presente e telespectador da TV Assembleia, eu quero aqui, da tribuna da Assembleia Legislativa, manifestar meu total apoio às professoras e aos professores do Magistério municipal do município de Mendonça, que é lá na região de São José do Rio Preto. As professoras hoje foram às ruas para lutar pelo pagamento, pela implantação do Piso Nacional do Magistério, que é uma conquista histórica do Magistério nacional. É lei federal. Elas estão lutando para que a lei federal seja cumprida, a Lei nº 11.738, de 2008.

Elas se manifestaram hoje; pela manhã. Estão fazendo várias manifestações pela cidade, conversando com a população, com os vereadores, com o prefeito, para que haja, de fato, a valorização do Magistério, que, conseqüentemente, representa, na prática, a valorização da Educação pública.

Então, têm umas fotos aqui que eu gostaria de mostrar para os telespectadores, para os deputados. Elas estavam hoje nas ruas defendendo o piso salarial. É lei, porque existe uma mensagem fake news que está sendo espalhada por aí, dizendo que não, que não é lei. Olha que absurdo.

A lei foi aprovada em 2008, foi reconhecida. Ela, na época, foi questionada no Supremo Tribunal Federal, mas o Supremo reconheceu, dizendo que a lei está em vigor e tem que ser cumprida. Um valor que é reajustado anualmente, independentemente do governo de plantão, e tem a jornada do piso. Das 40 horas, um terço tem que ser destinado ao trabalho que a professora realiza fora da sala de aula.

O Piso Nacional Salarial, hoje, com o reajuste dado no início do ano, é de R\$ 4420,55 por 40 horas. É baixo, é pouco, porque a professora tem que trabalhar o dia todo para ter esse salário. Olha só, o dia inteiro. Ela trabalha sábado, domingo, ela tem que preparar as aulas, preparar as avaliações, corrigir as avaliações, fazer leituras, pesquisas, se informar, atender os pais, atender a comunidade e fazer reuniões pedagógicas. Um trabalho imenso. Não é só a sala de aula.

Ela ganha pouco e, mesmo assim, tem prefeitos que não pagam o piso, e atacam as professoras, criminalizam as professoras que lutam pelo Piso. São prefeitos covardes, e machistas, porque atacam as mulheres. Agora a lei obrigatória. Quando o prefeito realmente não tem condições de pagar, por algum motivo, é difícil, porque todo prefeito recebe o dinheiro do Fundeb, o repasse do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica. Uma lei federal que transfere os recursos por aluno matriculado na rede.

Então, o prefeito tem que investir 25% do seu próprio Orçamento, mais o que ele recebe do Fundeb, para pagar, inclusive, também o Piso Nacional Salarial das nossas professoras. Mas se, por acaso, acontece - pode acontecer - ele pode requisitar a suplementação orçamentária para o governo federal. Está na lei. Então, eu recomendo aqui aos prefeitos, leiam a Lei 11.738, de 2008, aí tem Art. 4º, que diz exatamente isso. O prefeito vai e faz a solicitação ao MEC, ao Ministério da Educação, que transfere os recursos, para que ele consiga pagar o Piso Nacional salarial.

Porque, se o prefeito realmente tem algum compromisso com a Educação pública, ele tem que valorizar os seus profissionais da Educação, o Magistério, os servidores do quadro de apoio escolar, os gestores. Senão não tem valorização da Educação. Então, as nossas colegas professoras do município de Mendonça estão dando uma aula de cidadania, de mobilização, e de defesa, não só do Magistério, das profissionais da Educação, mas sobretudo de Educação pública de qualidade. Então, parabéns a vocês.

Quero ainda, Sr. Presidente, aproveitar o meu tempo na tribuna de hoje para manifestar também o meu total apoio à luta das educadoras de Educação Infantil de Votuporanga, que estão lutando para serem enquadradas na carreira do Magistério, porque elas já exercem a carreira docente, elas são concursadas, elas têm formação, ou no antigo Magistério, ou nos cursos de pedagogia, mas, no entanto, a prefeitura não está reconhecendo a função docente dessas nossas colegas educadoras, e já há toda uma legislação, um amparo legal. A LDB é muito clara em relação a esse enquadramento.

Nós temos o Plano Nacional de Educação, nós temos os pareceres, nós temos um parecer do Conselho Nacional de Educação, que dá respaldo a esse enquadramento.

Muitos municípios já fizeram o enquadramento; inclusive, São Paulo fez, a Capital. Eu era vereador. Nós aprovamos, em 2004, um projeto de lei enquadrando sete mil educadores de Educação Infantil, auxiliares de Educação Infantil, na carreira do Magistério. A Assembleia Legislativa aprovou um projeto aqui, em 2013, também transformando os cargos das educadoras de Educação Infantil das creches da Universidade de São Paulo em professoras de Educação Infantil.

Então, eu apoio, quero manifestar o meu total apoio à luta dessas educadoras de Educação Infantil, do movimento “Somos Todas Professoras”, e fazer um apelo ao prefeito. Prefeito, enquadre! Se o prefeito de Votuporanga realmente defende a primeira infância, ele tem que defender em primeiro lugar quem cuida da primeira infância. Quem cuida da primeira infância são as professoras das creches, que ficam o dia inteiro com os filhos dos trabalhadores, da população da cidade de Votuporanga.

Então, prefeito, por favor enquadre as suas professoras na carreira do Magistério, porque elas são, de fato, professoras. E tem recursos, o prefeito recebe dinheiro do Fundeb. Não é falta de recursos, não é falta de legislação: é falta de interesse político de fazer o enquadramento e valorizar, de fato, essas professoras, porque elas são educadoras, mas, antes de tudo, são profissionais, são professoras e devem ser enquadradas na carreira do Magistério para que tenham direito à aposentadoria especial, ao piso nacional salarial, a uma carreira digna e à jornada do piso também, a que elas têm direito.

Então, faça esse apelo ao prefeito de Votuporanga, para que enquadre na carreira do Magistério todas as educadoras de Educação Infantil. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - DR. RAUL - PODE - Obrigado, deputado Carlos Giannazi. Seguindo a lista, chamamos o deputado Conte Lopes. (Pausa.) Deputado Jorge Wilson Xerife. (Pausa.) Deputado Gil Diniz. (Pausa.)

Pela Lista Suplementar, deputado Ricardo Madalena. (Pausa.) Deputado Castello Branco. (Pausa.) Deputado Enio Tatto. (Pausa.) Deputado Delegado Olim. (Pausa.) Deputado Caio França. (Pausa.) Deputada Professora Bebel. (Pausa.) Deputado Edmir Chedid. (Pausa.) Deputado Itamar Borges. (Pausa.) Deputado Sebastião Santos. (Pausa.) Deputada Leci Brandão. (Pausa.) Deputada Maria Lúcia Amary. (Pausa.) Agora, pela ordem, deputada Janaina Paschoal, que pede a palavra e a terá por cinco minutos.

A SRA. JANAINA PASCHOAL - PRTB - SEM REVISÃO DO ORADOR - Cumprimento todas as pessoas que nos acompanham, V. Exa., Sr. Presidente, colegas deputados, senhores funcionários.

Eu queria primeiro agradecer imensamente os muitos apoios que recebi nos últimos dias, apoios públicos e apoios reservados. Tenho adotado uma postura decididamente discreta com relação às polêmicas, porque entendo que é a melhor maneira de mostrarmos para as pessoas que a ponderação é

sempre o melhor caminho. Então, agradeço muito à Casa, aos colegas da Casa, seja pelos apoios e até pelos convites que muito me sensibilizam e honram.

* * *

- Assume a Presidência o Sr. Major Mecca.

* * *

Eu queria tratar de um tema que, na verdade, já é minha pauta até antes de ingressar aqui no Parlamento e ao longo deste meu mandato, que é a educação, o ensino individualizado, em especial com relação aquelas crianças e adolescentes que apresentam maior facilidade que os demais colegas na mesma faixa etária.

A nossa sociedade é muito sensível - e com razão - àquelas crianças e adolescentes que têm mais dificuldade, seja por uma deficiência, seja por algum tipo de carência. Existe uma aceitação, existe um apoio, existe uma compreensão maior para com esses estudantes. Quando nós temos alunos, não importa de qual nível, mas que apresentam uma facilidade maior do que o resto da turma, seja uma facilidade para uma disciplina, para algumas disciplinas ou todas as disciplinas, esses alunos sofrem “bullying”; esses alunos sofrem preconceito dos colegas, dos educadores, mas em especial do sistema educacional.

E por que eu digo isso com tranquilidade? Porque muito embora nós tenhamos legislação vigente tanto no âmbito federal como no âmbito estadual, em especial normativas administrativas, muito embora haja um arcabouço jurídico vigente, na prática, o que vigora é uma mentalidade de retenção, é uma mentalidade de não permissão do avanço desses estudantes.

Uso dizer que o único estado da Federação que tem uma mente mais aberta na prática para esta pauta - porque não adianta ter lei, o que interessa é a mentalidade - é o Ceará. Tanto é assim que recentemente um adolescente no Ceará, que fez o Ensino Fundamental e Ensino Médio no Ceará, ingressou no ITA, aqui na cidade da colega Letícia Aguiar, presente aqui conosco no plenário.

O garoto com 14 ou 15 anos ingressou no ITA e vai iniciar o curso universitário. Fosse esse rapazinho um estudante no estado de São Paulo durante o Ensino Fundamental e Ensino Médio, ele não poderia iniciar a universidade, por quê? Porque o sistema de ensino em São Paulo é arcaico, é tacaño, é obsoleto.

E eu não estou falando apenas do ensino público, porque é difícilimo também um colégio privado aceitar que a educação individualizada deva estar presente tanto para aqueles alunos que têm maiores dificuldades como para aqueles alunos que têm maiores facilidades.

Em regra, as famílias são tratadas como esnobes, quiçá até como desumanas, querendo aparecer com o seu filho, querendo colocar seu filho em séries mais adiante. Não param para estudar que crianças cujo potencial não é aproveitado não raramente abandonam os bancos escolares, são cooptadas pelo crime - tem aqui um policial presidindo a sessão que não me deixa mentir -, são cooptadas pelas drogas porque elas se sentem frustradas.

Raramente uma escola particular apoia a família. Quando a escola apoia, a escola trabalha na linha da aceleração, permitir que a criança avance séries, permitir que a criança faça um ano regularmente, mas curse determinadas disciplinas das séries posteriores.

Isso tudo é previsto na nossa legislação. Quando raramente uma escola admite - isso aqui no estado de São Paulo -, na hora de oficializar, a Secretaria da Educação barra. E não é uma questão deste governo, do governo anterior. Não é uma questão ideológica ou partidária. É a mentalidade dos educadores no estado de São Paulo.

Nós precisamos urgentemente debater isso. Os colegas não devem ter se esquecido: há cerca de um ano uma jovem em Sorocaba passou nos vestibulares mais difíceis e não pôde iniciar o curso porque não tinha a idade. Se não me engano a moça estava no segundo ano do Ensino Médio. São Paulo perdeu esse cérebro. O Brasil perdeu esse cérebro, porque a moça foi para os Estados Unidos, onde a inteligência impera. Eu tenho visitado secretários do novo governo para tratar dessa pauta, que não é uma pauta menor. É uma pauta de educação, é uma pauta de saúde, é uma pauta de segurança pública, é uma pauta de ciência e tecnologia.

Nós estamos perdendo cérebro, nós, povo brasileiro, e em especial nós, estado de São Paulo. Eu venho trabalhando esse tema há muito tempo. Hoje talvez esteja injuriada porque hoje, para além da teoria, recebi a reclamação de mais uma família discriminada em São Paulo por ter uma criança com altas habilidades, criança essa não compreendida pelo sistema de ensino aqui nesta que é a nossa Casa. Eu estou de partida. Os colegas vão ficar. Eu peço, por favor, que abracem essa pauta.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE - MAJOR MECCA - PL - Muito obrigado, deputada Janaina Paschoal. A senhora sabe que tem o nosso apoio em suas pautas. Conduzindo a Presidência no Pequeno Expediente, faço a leitura dos oradores inscritos. Chamamos o deputado estadual Dr. Raul para uso regimental da tribuna.

O SR. DR. RAUL - PODE - SEM REVISÃO DO ORADOR - Nobre presidente, Major Mecca, eu queria saudar também os deputados e deputadas desta Casa Quero aproveitar esses cinco minutos, também fazer o registro aqui do vereador Ivo Leite, que está aqui no nosso plenário, juntamente lá onde eu mostrei agora a pouquinho o Faria Neto, o Carlinho Cantelli, o Zezinho do Gás, e agora chegou ali o Ivo Leite. São todos vereadores na cidade de Bauru. Fica aqui o registro.

Quero aproveitar a presença do Major Mecca, eu pedi para ele se ele poderia ser coautor de um projeto de lei comigo, ele de pronto aceitou. A relação é exatamente isso que ele acabou de falar.

Você sabe que toda vez que eu falo desse projeto, Major, a população em geral fica abismada quando você fala assim: O policial, se ele estiver dirigindo uma viatura, pode ser da Polícia Militar, pode ser do Bombeiro, pode ser do Samu. Se, por ventura, numa urgência ou emergência, ele fizer uma manobra um pouquinho mais arriscada, porque ele está em um momento de risco, e se a viatura sofrer algum tido de dano, ou ele se envolver em algum acidente, pasmem vocês: ele tem que pagar o conserto dessa viatura, sai do bolso dele.

Eu vi casos lá na cidade de Bauru que os colegas se cotizaram, Major Mecca, eles se cotizaram para ajudar o pagamento. Eu acho um negócio assim absurdo.

Você tem um “funcionário”, entre aspas, um funcionário que está ali para fazer exatamente um serviço de urgência e emergência. A atividade de risco está inerente, é inerente. Se você tem um motorista de uma viatura que está abordando, por exemplo, que o senhor acabou de citar aqui: você acha que é fácil dirigir uma viatura num estresse desse tipo?

Muitas vezes, o veículo acaba sendo até muito mais importante para você fazer a abordagem do que você ficar disparando um tiro qualquer em um pneu. E a mesma coisa acontece, acaba acontecendo com o Bombeiro, acaba acontecendo com os motoristas do Samu. Então são coisas inadmissíveis.

E aí o estado tem que fazer o quê? Pela lei federal ele tem que pedir ressarcimento somente se houver qualquer comprovação. Mas até lá, às vezes ele paga para poder depois entrar com ação para dizer que ele não tinha culpa.

Então o projeto, já conversei com o Major Mecca, ele está exatamente visando, estabelecendo diretrizes sobre a responsabilidade de indenização devida por agentes públicos ao estado de São Paulo, provenientes de dano material causado na condução de viatura pública, veículos de socorro ou salvamento em decorrência da prestação de serviço público de urgência e emergência.

Nós não estamos falando de qualquer motorista, nós estamos falando na urgência e emergência. O projeto é bem